



FAMÍLIA COMO INSTITUIÇÃO DE CONTROLE SOCIAL - considerações preliminares.

Lourdes de Maria leitão Nunes Rocha¹

RESUMO:

Reflexões sobre a família no contexto da crise atual do controle do capital sobre o metabolismo social. Busca-se estabelecer uma interlocução entre o pensamento de Mészáros e de autoras feministas, entendendo-se a impossibilidade de pensar a família sem analisar as relações de gênero e a posição das mulheres seu interior. Reflete-se sobre a tese do autor de que as questões colocadas pela exigência da liberação das mulheres, se transformou em uma dificuldade não-integrável ao capital, configurando-se como um dos limites absolutos do capital ativados na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Família; Controle Social; Gênero; Movimentos Feministas.

ABSTRACT:

Reflections on the family in the context of the current crisis of capital control on the social metabolism. We seek to establish a dialogue between the thought of Mészáros and feminist authors, on the understanding that it is impossible to think of the family without analyzing gender relations and women's position. Reflects on the author's thesis that the questions posed by the requirement of the release of the women turned into a non-integrable difficulty to capital, configuring itself as one of the absolute limits of the capital activated in contemporary times

KEYWORDS: Family; Social Control; Gender;; Feminist Movements.

¹ Doutora, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), E-mail: lourdesleitaorocha@yahoo.com.br.



1 INTRODUÇÃO

No final dos anos 1970 intensificaram-se as lutas pela redemocratização do Estado brasileiro e de suas relações com a sociedade, por parte dos segmentos das classes trabalhadoras e das organizações comprometidas com um projeto societário alternativo ao capitalismo. Nessas lutas destacam-se os movimentos de mulheres e feministas², publicizando questões que até então eram consideradas pessoais. Desvela-se a família, apresentada como instituição social, objeto da intervenção estatal e social, no sentido de mantê-la como espaço de reprodução das relações sociais hegemônicas.

Esse processo de lutas tem como cenário a denominada “crise contemporânea”, considerada por Fiori (1993) uma crise nos planos do conhecimento, sócio-político-ideológico e da ordem econômica internacional, em curso desde o final dos anos 1960, com repercussões nas diferentes dimensões da vida social. A sua amplitude é evidenciada em um dos seus aspectos centrais: a crise estrutural global do capitalismo atual e, portanto, do controle social do capital em escala mundial (MÉSZAROS, 2002). Seu enfrentamento se deu em dois vetores. O primeiro, na perspectiva de revertê-la em favor do capital, visando sua reestruturação, através, sobretudo, das estratégias neoliberais. O segundo, na perspectiva do trabalho e da construção de uma nova ordem social, visando superar as formas de dominação e exploração e garantir o exercício de um novo modo de controle social compatível com o projeto socialista.

Netto (2012, p. 415) discorre sobre a crise atual considerando-a sistêmica, pois envolve “*toda a estrutura da ordem do capital*”. Enfatiza o autor (2012, p. 416):

Seus primeiros sinais sobrevieram na crise da Bolsa de Nova York, em 1987 — com a sequência, a partir dela, de efeitos em cascata expressos nos vários episódios de crises localizadas. Tais crises, a que os chamados “comentaristas” ou “jornalistas econômicos” da grande imprensa conveniente e ignorantemente consideram de forma isolada (a crise dos “Tigres Asiáticos”, a “crise da Bolsa Nasdaq”, a “crise da bolha imobiliária” e, agora, a “crise do euro”) são os indicadores mais visíveis de uma só crise: *são indicadores da emergência de uma nova crise sistêmica do sistema capitalista* e que apresenta traços inéditos em

² A expressão movimentos feministas no plural demarca sua diversidade e tendências. Saffioti (1987) cita 5 posições: conservantista, liberal-burguesa, feminismo radical, marxista-dogmática, feminismo socialista.



relação às duas anteriores.

Referenciado nas teses de Mészáros (2002) a respeito da crise do controle do capital sobre o metabolismo social, que atinge diversas instituições sociais, incluindo a crise da família atual, o presente trabalho pretende tecer considerações a respeito da instituição familiar neste contexto. Trata-se de um esforço de análise preliminar, buscando estabelecer uma interlocução entre o pensamento de Mészáros e a produção de autoras feministas, entendendo a impossibilidade de pensar sobre a família atual sem analisar as relações de gênero³ e a posição das mulheres em seu interior.

2 FAMÍLIA, CAPITAL E RELAÇÕES DE GÊNERO

Baseando-se em Marx, Mészáros (2002) desenvolve suas reflexões sobre o capital, o distinguindo do capitalismo: é anterior a ele, e pode existir em sociedades pós-capitalistas, a exemplo da sociedade soviética. O capital se constitui um modo de controle do metabolismo social, que não coloca limites para sua expansão e para o processo de acumulação, sendo incontrolável e destrutivo. Dentre as mediações do capital, destaca as mediações de segunda ordem, que se colocam entre os seres humanos e a natureza, camuflando que a atividade produtiva é condição da reprodução social, constituindo um círculo vicioso, na medida em que se unem de forma a garantir o controle sociometabólico e se sustentam reciprocamente, impedindo que esforços parciais de emancipação tenham sucesso enquanto o sistema for capaz de se auto-gerar e se auto-impor. Estas mediações são: a família nuclear, os meios alienados de produção e suas “personificações”, o dinheiro, os objetivos fetichistas da produção, o trabalho separado da possibilidade de controle, os Estados nacionais e o mercado mundial. (MÉSZÁROS, 2002, p.180)

Para este autor (2002, p. 180), a família nuclear é uma das instituições de controle

³ Gênero é uma categoria analítica e histórica introduzida nos anos 1970, por feministas anglo-saxãs. Mesmo considerando a diversidade de concepções de gênero, ela possibilitou a compreensão de que as relações de gênero expressam um processo social e interacional, pelo qual se formam homens e mulheres. As noções de masculino e feminino, de ser homem e mulher decorrem da cultura, não são determinadas pela natureza.



social. Identifica-a como um “microcosmo” da sociedade, onde exerce três papéis: a reprodução da espécie, a participação em “todas as relações reprodutivas do “macrocosmo” social, inclusive da necessária mediação das leis do estado para todos os indivíduos e, dessa forma, vital também para a reprodução do próprio Estado”. Sua emergência e dominação relacionam-se a antecedentes históricos, anteriores ao capitalismo, e, para superá-lo numa perspectiva socialista, será necessário superar também, a “força paralisadora” das mediações de segunda ordem.

Contrapondo-se aos pensadores que afirmam a validade e a inalterabilidade da ordem estabelecida, como se o capital fosse eterno, Mézáros destaca a sua historicidade, o processo demorado e cumulativo, mas não uniforme, de constituição das mediações de segunda ordem do capital, citando a família nuclear como exemplo:

[...] a consolidação da família nuclear – sintonizada com a necessidade de *relações flexíveis de propriedade* adequadas às condições de alienabilidade e reificação universais e também à exigência essencial da boa reprodução de uma *força de trabalho móvel* sem a qual a fase *capitalista* do desenvolvimento do sistema do capital talvez não funcionasse – é um fenômeno histórico bem posterior ao aparecimento das relações dinâmicas de troca monetária. (MÉSZÁROS, 2002, p. 207)

Suas reflexões (2002, p. 207-209) sobre a família são referidas ao processo de constituição, consolidação e crise da família nuclear, a partir da “fase de ascensão do desenvolvimento histórico do capital”. Neste contexto, ela se insere no movimento de “redimensionamento das primeiras formas e estruturas de mediação reprodutiva”, garantindo a dominação das mediações de segunda ordem do capital, distinguindo-se entre seus principais aspectos a instituição e o aperfeiçoamento da igualdade formal e da desigualdade substantiva, como componentes do modo de funcionamento do sistema do capital. Era preciso superar os obstáculos postos pelos modos de produção anteriores, visando garantir a existência de trabalhadores(as) livres, no plano formal/legal, que pudessem firmar contratos, embora substantivamente desiguais, dadas “as estruturas econômicas discriminadoras da ‘sociedade civil’”. Esta questão atinge diretamente as mulheres, inclusive no que concerne ao casamento, ato inaugural de criação da família nuclear burguesa e das relações entre os cônjuges. Ao abordar a família enquanto uma das “formas historicamente mais antigas da subordinação e da dominação hierárquica”,



Mészáros estabelece um ponto de contato com autoras feministas que estudam as relações de gênero.

Neste debate, ressalva-se a complexidade da família como objeto de estudo, para além da família nuclear dominante. Desde a sua criação pelos romanos (ENGELS⁴), o termo designa uma diversidade de agrupamentos sociais, em estrutura e funções. Dados os limites desta comunicação, pretende-se buscar na produção teórica sob a perspectiva de gênero e o paradigma do patriarcado, elementos para entender a configuração que a família assume no sistema do capital em sua fase capitalista.

Parte-se do pressuposto de que o entendimento sobre a família supõe perceber as determinações postas pelo sistema do capital, mas incorpora outras determinações. Trata-se de uma instituição social na qual é identificada uma conjugação de modos de relacionamentos cotidianos, em que são vivenciadas emoções, paixões, estratégias de solidariedade, de sobrevivência e conflitos entre sujeitos diferenciados por gênero, idade e posição que ocupam no grupo, sem desconsiderar a sua inserção, também, nas relações sociais mais amplas, como a posição de classe. São sujeitos que estão no embate pela garantia de sua individualidade, autonomia e liberdade, em uma complexa dinâmica familiar, permeada pelas contradições e relações de exploração e dominação da sociedade, mas, igualmente, pelas relações de dominação e poder no grupo doméstico.

Discutir a família nuclear exige, portanto, pensar sobre os sistemas de relações constitutivos das diversas sociedades: o patriarcado⁵, o racismo e o capitalismo. São três sistemas de dominação-exploração imbricados, que se potencializam mutuamente, reproduzindo e mantendo estruturas de poder. Ou seja, são três os eixos estruturadores dessas sociedades: gênero, raça/etnia e classe social. Esclarece Saffioti (1999, p. 142; 156): “Estas contradições não operam isoladamente. Formaram, ao longo da história, um verdadeiro nó, com propriedades distintas das encontradas nos antagonismos tomados

⁴ “A expressão foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre todos eles”(ENGELS, 19-?, p.49).

⁵ Saffioti (2004) redefine seu significado, concebendo-o como um dos esquemas de dominação-exploração, da qual participam também o capitalismo e o racismo.



um a um, embora tanto estes quanto sua simbiose apresentem natureza contraditória”. Nas relações de gênero patriarcais, “as diferenças entre homens e mulheres têm sido sistematicamente convertidas em desigualdades em detrimento do gênero feminino”.

Face ao exposto, é possível concluir que a família é produto do conjunto de determinações já referenciadas, ao mesmo tempo em que se constitui uma das mediações que contribuem para a reprodução destas determinações. Neste sentido, vale citar Mézáros (2002, p. 270) ao destacar a família como instituição responsável pela reprodução dos seres humanos e do sistema de valores adequado ao domínio do capital:

O menor de todos os “microcosmos” da reprodução deve sempre proporcionar sua participação no exercício global das funções sociometabólicas, que não incluem apenas a reprodução biológica da espécie e a transmissão ordenada da propriedade de uma geração à outra. Nesse aspecto, não é menos importante seu papel essencial na reprodução do *sistema de valores* da ordem estabelecida da reprodução social, *totalmente oposto* – como não poderia deixar de ser – ao princípio da verdadeira igualdade.

Acrescenta (2002, p. 271): “o aspecto mais importante da família na manutenção do domínio do capital sobre a sociedade é a perpetuação – e a *internalização* – do *sistema de valores* profundamente iníquo, que não permite contestar a autoridade do capital”. Ao exercer suas funções no sistema de controle do capital, a família se caracteriza pelo autoritarismo e por uma estrutura hierárquica, para atender às exigências do processo de (re)produção social do capital, incompatível com a igualdade substantiva.

Entende-se que as funções de reprodução exercidas pela família não ficam restritas à manutenção da ordem do capital, mas envolvem também, a manutenção do ordenamento de gênero e étnico-racial. A perpetuação e a internalização do sistema de valores destes ordenamentos é tarefa da família, sendo, por exemplo, um dos objetivos da educação diferenciada oferecida aos meninos e meninas.

Neste processo a família não atua sozinha. Ela “está entrelaçada às outras instituições a serviço da reprodução do sistema dominante de valores, ocupando uma posição essencial em relação a elas, dentre as quais estão as igrejas e as instituições de educação formal da sociedade” (MÉSZÁROS, 2002, p. 272). É oportuno retomar a



relação da família com o Estado, conforme já destacado. Embora, seja conveniente para a ordem social hegemônica defender o discurso do pertencimento da família ao espaço privado, restrito às relações entre seus membros, não comportando a interferência de terceiros, inclusive do Estado, está claro que esta posição não tem veracidade.

A utilização ideológica da dicotomia entre espaço público e privado, como se fossem espaços estanques e não dimensões complementares da vida social, é parte das estratégias que mantêm as relações de dominação e exploração, hierárquicas e de desigualdade. Assim, reafirmam-se representações que vinculam o feminino, a família e as relações de reprodução ao privado e o masculino e as relações de produção ao público. Essa concepção deve ser rejeitada. As relações de gênero estão presentes na produção, assim como as relações de classe na reprodução. São relações contraditórias. A produção teórica e as lutas feministas têm desvelado a complementaridade entre as esferas pública e privada, conforme demonstram várias autoras feministas, como Combes Haicault (1987), Kergoat (1987) e Saffioti (2004).

3 A CRISE DO SISTEMA DE CONTROLE DO CAPITAL, A CRISE DA FAMÍLIA E A LIBERAÇÃO DAS MULHERES

Segundo Mészáros (2002), o sistema do capital é incontrolável, expansionista, destrutivo, exercendo o controle social, que foi alienado do corpo social, como estrutura totalizante submetendo os seres humanos, as práticas e instituições sociais, com vistas à contínua expansão de sua acumulação. Mas, este processo não é linear e natural. É histórico e contraditório. No movimento de ampliação do controle social e do crescimento do capitalismo vão se produzindo e constituindo limites e contradições que ameaçam sua pretensa perenidade e demonstram a possibilidade de sua destruição.

Assim, está em curso uma crise estrutural do modo capitalista de controle social. As manifestações desta crise são várias. O caráter destrutivo e autodestrutivo do capital



pode ser evidenciado nas conseqüências do desenfreado processo produção, segundo os princípios da alta competitividade, da concorrência e da produtividade a qualquer custo: o risco de exaustão dos recursos naturais e a degradação do meio-ambiente; a precarização das condições de vida dos trabalhadores e o risco de extinção da existência humana; a re-transferência do controle social para o corpo social de forma irracional; a crise das instituições fundamentais da sociedade – as religiões, a educação e a família.

Embora o capital procure escamotear e falsear as manifestações da crise e enfrentá-las com medidas paliativas que atuam sob os efeitos, com soluções quixotescas e pretensamente humanitárias, sem pleno sucesso. Assim, são significativos o conhecimento e a consciência dessas contradições possibilitados pelo tempo disponível produzido em massa e pelo desenvolvimento dos meios de comunicação.

A análise de Mészáros sobre a questão explicita uma de suas principais teses: a existência de limites intrínsecos ou absolutos do capital, que quando “são alcançados no desenvolvimento histórico, é forçoso transformar os parâmetros estruturais da ordem estabelecida” (MÉSZÁROS, 2002, p. 216). Defende que mesmo com as resistências postas pelo capital, foram ativados esses limites, mantendo a crise estrutural iniciada na segunda metade do século passado. Alerta, porém, para o perigo de um falso otimismo quanto à saída desta crise, porque o sistema do capital recorre a diferentes formas de correção dos problemas surgidos com tal ativação, buscando garantir por mais tempo sua reprodução. Para superá-los será necessário suplantarmos o próprio capital.

Mészáros (2002, p. 222-344) discute quatro dos limites absolutos do capital que foram ativados e que encerram, cada um, contradições, ressaltando entre eles⁶ : as questões colocadas pela exigência da liberação das mulheres, de sua emancipação, que se transformou em uma dificuldade não-integrável ao capital, pois sua satisfação exige a garantia da igualdade substantiva, impossível de ser alcançada sob o sistema do capital. Com a derrocada do socialismo e o fortalecimento do discurso da “sociedade sem

⁶ Os outros são: “o antagonismo inconciliável entre o capital global – irrestritamente transnacional em sua tendência objetiva – e os Estados nacionais necessariamente repressores”; a eliminação das condições de reprodução sociometabólica, envolvendo o uso extravagante dos recursos naturais, a poluição do meio-ambiente, a fome de milhões de pessoas, ao lado do desenvolvimento de políticas agrícolas protecionistas visando “o lucrativo desperdício institucionalizado”; o desemprego crônico. (MÉSZÁROS, 2002, p. 222-223).



classes” e da “palavra vazia da igualdade”, o movimento de mulheres – movimento de “questão única”, para ele – incorporou a luta pela emancipação dos seres humanos do domínio do capital. Enfatiza (2002, p. 224):

Assim, de forma paradoxal e inesperada (pois a classe das mulheres atravessa todos os limites de classes sociais), a emancipação feminina comprova ser o “calcanhar de Aquiles” do capital: ao demonstrar a total incompatibilidade de uma verdadeira igualdade com o sistema do capital nas situações históricas em que essa questão não desaparece, não pode ser reprimida com violência (ao contrário do que acontecia com a militância de classes no passado) nem esvaziada de seu conteúdo e “realizada” na forma de critérios vazios.

Ressalvam-se dois aspectos das colocações do autor. Relembra-se a diversidade do movimento feminista. Suas vertentes defendem concepções, reivindicações, táticas, estratégias e projetos políticos diferenciados. Desse modo, a emancipação dos seres humanos, para o feminismo socialista e a corrente marxista dogmática sempre foi uma das bandeiras de sua luta. A segunda ressalva refere-se à qualificação do feminismo como um movimento de “questão única”. Tal qualificação pode ser atribuída apenas a algumas de suas vertentes. Como dito anteriormente, é impossível enfrentar a questão da dominação e da desigualdade das relações de gênero isoladamente, pois patriarcado, racismo e capitalismo formam um “nó”, e como tal devem ser enfrentados e superados.

A desigualdade sofrida pelas mulheres nas relações familiares e conjugais, bem como a estrutura autoritária e hierárquica da família, são (re)produzidas no interior das relações de poder presentes no nó supracitado. Assim, os conflitos e os embates gerados pela reivindicação da igualdade substantiva e da emancipação das mulheres são considerados por Mészáros manifestações da crise vivenciada pela família, expressão da crise de dominação do capital. Contraditoriamente, tal crise resulta dos efeitos do processo de expansão do capital, que se apropria para manter o controle social e a acumulação, mas, explicita limites absolutos do capital, contribui para a construção de uma nova sociabilidade, sem dominação-exploração. Diz Mészáros (2002, p. 302):

Outra dimensão fundamental do problema que nos preocupa é a piora da posição das mulheres, como resultado das mudanças na estrutura familiar resultantes dos imperativos do capital e diretamente associadas à indispensável ampliação do círculo consumidor. As contradições também estão claras nesse terreno; por um



lado, o processo ininterrupto de reprodução do capital precisa seriamente de mudanças ocorridas no consumo (que parecem continuar com a mesma intensidade) mas, por outro lado, o sistema está ao mesmo tempo exposto aos riscos e perturbações que surgem da crescente instabilidade da “família nuclear”. Em outras palavras, o capital depende da continuidade dessas mudanças e tende a ser por elas enfraquecido.

3 CONCLUSÃO

Finaliza-se este trabalho reiterando a necessidade, apesar das condições adversas, da organização e da luta de homens e mulheres que desejam construir alternativas aos sistemas do capital, do patriarcado e do racismo. Concorde-se com Mészáros de que o fracasso das instituições no enfrentamento dos problemas contemporâneos poderá levar a um impasse, o que aponta para “o imperativo de um controle social adequado de que a ‘humanidade necessita para sua simples sobrevivência’” (Mészáros, 2002, p. 1008). Uma alternativa precisa ser construída, envolvendo as relações de gênero e a família. As considerações seguintes do autor (2002, p. 1010) transmitem de forma conclusiva a posição aqui esboçada:

O último ponto a enfatizar é a determinação necessariamente global do sistema alternativo de controle social, em confrontação com o sistema global do capital enquanto modo de controle. No mundo tal como tem sido – e continua a ser – transformado pelo imenso poder do capital, as instituições sociais constituem um sistema estreitamente articulado. Por isso não há qualquer esperança de sucessos *parciais* isolados, mas somente de sucessos *globais* – por mais paradoxal que isto possa soar. De fato, o critério crucial para a avaliação de medidas parciais é se são ou não capazes de operar como “*pontos de Arquimedes*”, ou seja, como alavancas estratégicas para uma reestruturação radical do sistema global de controle social. Por isso Marx falou da necessidade vital de mudar, “de cima a baixo” as condições de existência *como um todo*, sem o que todos os esforços direcionados à emancipação socialista da humanidade estão destinados ao fracasso. Tal programa, desnecessário dizer, envolve as “microestruturas” (como a família) tanto quanto as instituições mais abrangentes (as “macroestruturas”) da vida política e econômica. Na verdade, como Marx indicou nada menos do que uma transformação radical de “toda a nossa maneira de ser” pode produzir um adequado sistema de controle social.

Ressalva-se, contudo, a aceitação dessas considerações com a defesa de que a reestruturação global envolve a superação do patriarcado e do racismo.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. S. de. **Femicídio: algemas (in)visíveis do público-privado**. Rio de Janeiro: REVINTER, 1998.

COMBES, D. e HAICAULT, M. Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, A . et al. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 23-43.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. In: MARX, K. & ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. V. 3. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 19-?, p. 7-143.

FIORI, J. L. Sobre a “crise contemporânea”: uma nota perplexa. In: **Revista Síntese Nova Fase**, v.20, N. 62, julho-setembro 1993, p. 387-402.

KERGOAT, D. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY-BULPOT, A . et al. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 79-93.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2002.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 111. São Paulo: Cortez, jul./set. 2012, p. 413-429.

SAFFIOTI, H. I. B. Feminismos e seus frutos no Brasil. In: SADER, E. (org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987, p. 105-158.



_____. O estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, J. V. T. dos. **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004.
(Coleção Brasil Urgente).